

Ariosto Teixeira

## A combatente da corrupção

O presidente Fernando Henrique Cardoso instituiu um novo cargo de ministro de Estado, o de corregedor-geral da União. Para assumir a pasta, o presidente designou uma mulher, Anadyr de Mendonça Rodrigues, cujo currículo registra extensa passagem por cargos públicos. A missão da ministra será encontrar e desbaratar focos de corrupção no governo.

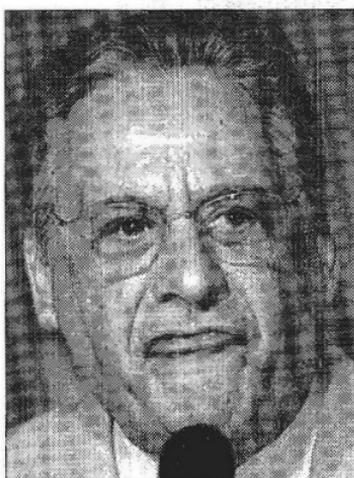
**Vidro** - Do ponto de vista

político, a missão de Anadyr não é menos difícil. A partir de agora, ela operará como um escudo presidencial. As denúncias de que ali ou acolá alguém corrompe alguém chegarão a ela primeiro. Para separar a verdade da mentira, a intriga da suspeita, Anadyr, com status político para falar de igual para igual com seus colegas de Ministério, contará com a Polícia Federal e a Receita, a Secretaria de Controle Interno e a Advocacia-Geral da União.

Vai dar certo? O presidente espera que sim. A criação da pasta e o fato de tê-la entregue a uma mulher que até hoje percorreu uma "estrada de vidro", ex-

pressão para transparência usada pelos auxiliares de Fernando Henrique, revela a resolução do presidente de atender à opinião pública, de explicar porque recusou-se a submeter o governo a um inquérito político no Congresso sobre duas ou mais dezenas de supostas denúncias.

Na longa exposição que fez de sua decisão, o presidente explicou que o governo não se opôs e lutou contra a CPI da Corrupção para colocar nada "debaixo do tapete", Segundo ele, "opôs-se por considerar que haveria uma exploração política, pré-eleitoral, de questões que têm



*FHC: impedir que se crie "um fictício clima de mar de lama"*

de ser tratadas dentro da tradição republicana, nas instâncias competentes".

Na carta pessoal que dirigiu a Anadyr, ele observou que não pode permitir que "fatos do passado" voltem às manchetes sob o pretexto de que nada foi apurado para "criar um fictício clima de mar de lama".

Fernando Henrique assumiu a ofensiva. Na semana passada, ele desmontou a onda da CPI, que paralisaria o Congresso e o próprio governo. Mas a decisão de criar a corregedoria foi tomada há mais tempo. O ministro da Casa Civil, Pedro Parente, e o advogado-geral da União, Gilmar Mendes, conceberam e prepararam a nova estrutura em 30 dias.